

FRONTEIRAS SOLIDÁRIAS, VIDAS SOLIDÁRIAS: narrativas sobre o deslocamento na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru*

Carolina Moulin**

Em 2004, representantes dos países latino-americanos, reunidos na Cidade do México, elaboraram um Plano de Ação Multilateral (PAM) com o intuito de promover melhoras nos mecanismos de proteção a refugiados da região. Entre suas muitas propostas, o documento introduzia a idéia de fronteiras solidárias. O presente artigo representa um esforço em elucidar as consequências da junção entre fronteiras e solidariedade como estratégia de intervenção sobre a vida em deslocamento em contextos de crise. Ele se engaja, ainda, com as narrativas de oficiais nacionais e internacionais, assistentes sociais e funcionários de ONGs, bem como de associações formadas pelas famílias deslocadas, no contexto da Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. São propostos três diferentes entendimentos sobre solidariedade que dizem respeito a cada uma dessas perspectivas – gerencial, comunitário e autônomo – acentuando tanto os problemas quanto os aspectos positivos que podem ser suscitados quando se aborda as fronteiras a partir das lentes da solidariedade.

Palavras-chave: Refugiados; Fronteiras; Solidariedade; Soberania; Deslocamento

* Este artigo é uma versão traduzida e ligeiramente modificada de trabalho publicado na *Refuge: Canada's Periodical on Refugees*, v. 26, n. 2 (Outubro, 2010) sob o título "Borders of Solidarity: life in displacement in the Amazon Tri-Border Region". Uma versão prévia deste artigo foi apresentada no 49º Encontro Anual da Associação de Estudos Internacionais (ISA – International Studies Association) (São Francisco) e na 2ª Conferência Mundial de Estudos Internacionais (Ljubljana, Eslovênia). Gostaria de agradecer a Martin O. Heisler, Manuel Pureza e aos participantes por seus comentários e sugestões. Gostaria igualmente de reconhecer as contribuições inestimáveis de Peter Nyers e William Coleman no enquadramento das idéias aqui apresentadas. Expresso minha mais sincera gratidão aos oficiais da ACNUR, aos funcionários das ONGs e às famílias deslocadas, que comigo compartilharam seus conhecimentos e experiências durante o curso de minha visita à região da Tríplice Fronteira.

** Professora Assistente (Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio), PhD, McMaster University, Hamilton, Canadá. Rio de Janeiro/Brasil.

*“There is a lot of pain and misunderstanding;
the border remains an infected wound.
Perhaps the utopian spirit of the
border project lies in its impossibility.”*
Guillermo Gomez-Pena, “Warrior from Gringostoika”

Em 2004, representantes dos países latino-americanos, reunidos na Cidade do México, elaboraram um Plano de Ação Multilateral (PAM) com o intuito de promover melhoras nos mecanismos de proteção de refugiados da região. Entre suas muitas propostas, o documento introduzia a idéia de fronteiras solidárias. Embora não carregue a idéia de um projeto por ‘fronteiras abertas’, a proposta certamente chama a atenção para novas formas de reflexão sobre as zonas e vidas fronteiriças, bem como para maneiras através das quais diferentes atores podem dialogar para melhorar a recepção, a assistência e a proteção de grupos deslocados, em regiões marcadas por desigualdades sociais profundas e pela violência política. O presente artigo representa um esforço em compreender esses novos modos de governança de fronteiras, buscando elucidar múltiplas perspectivas e mecanismos de lidar com a vida em deslocamento em contextos fronteiriços.

As reflexões ora apresentadas são o resultado de uma pesquisa de campo conduzida em 2007 na região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, mais especificamente nas cidades geminadas de Leticia e Tabatinga. O artigo segue as narrativas emanando de oficiais nacionais e internacionais, assistentes sociais e funcionários de ONGs, bem como de associações formadas pelas famílias deslocadas nesse contexto particular, buscando elucidar como cada discurso se relaciona com as (des)conexões entre fronteiras, deslocamento e proteção.

Argumenta-se que as percepções sobre o papel das fronteiras, tanto como pontes quanto como barreiras, e enquanto espaços de vida, variam de acordo com a maneira pela qual cada grupo se apropria e interfere no diálogo político. Alguns se focam no gerenciamento da mobilidade; outros, na melhora das condições de vida dos grupos marginais; outros, ainda, tentam interromper os processos políticos que possibilitam tais marginalizações em primeiro lugar. São propostos três diferentes entendimentos sobre solidariedade que dizem respeito a cada uma dessas perspectivas – gerencial, comunitário e autônomo. Dessa forma, o artigo busca contribuir para uma análise mais crítica sobre o que as fronteiras solidárias podem de fato promover e como podem impactar nas vidas cotidianas daqueles que habitam tais espaços.

O artigo está organizado em cinco seções. Na primeira, apresenta-se uma breve descrição da região da Tríplice Fronteira, acentuando os paradoxos de distância e proximidade, assim como o contexto político

geral no qual as narrativas dos grupos emergem. A segunda seção discute as políticas apresentadas de maneira geral no PAM, bem como analisa algumas de suas consequências. A terceira seção discute a visão dos assistentes sociais, em particular aqueles associados com os missionários católicos na região. O quarto examina as narrativas emitidas pelas associações dos grupos deslocados, focando-se nas dificuldades e estratégias de intervenção por eles planejadas com vistas a avançar suas propostas em um contexto de abjeção social e política. A quinta e última seção propõe uma classificação das abordagens solidárias em relação às fronteiras, acentuando os problemas, bem como os aspectos positivos que podem ser apreendidos de cada conjunto de discursos.

Representando o panorama da fronteira

A área da Tríplice Fronteira entre Peru, Brasil e Colômbia está incrustada no coração da Floresta Amazônica. Os principais centros urbanos são as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia), a última sendo a capital do Departamento do Amazonas. O trânsito e a circulação são livres entre as cidades, uma vez que não existem quaisquer postos de controle de fronteira ao longo da Avenida que as conecta. Do lado colombiano, só é possível chegar à Leticia por avião ou através de uma viagem bastante longa e traiçoeira que combina trilhas e passeios de barco. Tabatinga se conecta à capital Provincial, Manaus, localizada à cerca de 1600 km de distância, através de avião – apenas um voo em dias úteis – ou de barco – numa viagem de 3 a 5 dias (dependendo da direção, rio acima ou abaixo). O controle de pessoas e bens só ocorre do lado brasileiro, a, aproximadamente, 50 km seguindo o Rio Amazonas, no que é chamado de “Base Anzol”. A base representa uma parada com funções aduaneiras, de segurança e controle de imigração. Nela, uma série de agentes da Polícia Federal é responsável pela verificação dos documentos e do carregamento de todos os barcos entrando e saindo do território brasileiro. Seu objetivo principal é verificar os passaportes e procurar por drogas. Nas conversas com as populações locais, muitos indivíduos demonstraram profundo receio em relação a esse ponto de verificação. Frequentemente é-lhes solicitado para que abram tudo, e muitos relatam casos de abuso e discriminação racial para com os viajantes, especialmente aqueles de origem colombiana. De acordo com o chefe da Polícia Federal na cidade, há muito pouco que passa sem ser percebido no “Anzol”.

O gigantesco rio Amazonas, entrecruzado à paisagem exuberante e o suposto livre movimento de pessoas e mercadorias ao longo das avenidas, ruas e rotas fluviais, contrasta com a violência (ao menos uma morte violenta é registrada a cada dia na cidade), a pobreza, a falta de

serviços públicos e a não-tão-súbita presença de forças militares e policiais de coação nas fronteiras. No total, mais de cem mil pessoas vivem na região. Elas dependem de uma economia informal, da troca de mercadorias e das poucas posições disponíveis no serviço público da cidade. A paisagem idílica é um pano de fundo postal para um contexto político conturbado, marcado por uma economia política precária, sem qualquer indústria ou investimento público razoável, pela falta de infraestrutura básica e por uma pressão crescente de guerrilhas e grupos paramilitares dependentes de uma rede transnacional de tráfico de drogas e de múltiplas formas de exploração das vulnerabilidades sociais.

A fronteira possui um duplo impacto na cidade. Ela altera o panorama social e econômico; a cidade opera em um modo bilíngue e todas as três moedas em circulação (real, pesos e soles) são aceitas na maioria das lojas. A face do 'caboclo', aquela oriunda da mistura de povos brancos e indígenas, compõe a imagem típica dos habitantes. Ao mesmo tempo, autoridades federais e provinciais consideram a região como um cruzamento estratégico para a presença soberana e o controle sobre a mobilidade humana.

Em certos momentos, as cidades geminadas revelam mundos aparentemente separados por milhas de distância, tanto pela imposição de regulações estatais, pelas diferenças linguísticas, quanto pela ausência de discussões políticas dentro do contexto transnacional sobre as realidades históricas e sociais que estão enredadas naquela zona espaço-temporal específica. Os brasileiros parecem, em geral, surpreendentemente ignorantes a respeito da guerra civil de quarenta anos que assola seus vizinhos próximos, ainda que sejam plenamente conscientes da presença colombiana e peruana na cidade e também da circulação de dinheiro e drogas nela difundida. É comum ouvir as pessoas dizerem que não há uma família sequer em Tabatinga que não tenha recorrido em algum momento ao dinheiro 'sujo' das drogas. 25% da população são de origem colombiana e peruana e provavelmente metade deles (ou mais) possui alguma descendência familiar relacionada a algum desses países.

Essa região e, em especial, Tabatinga, é importante para o entendimento sobre fronteiras solidárias por duas razões. Primeiramente, nos anos passados o corredor fronteiro amazônico chamou a atenção das organizações internacionais e autoridades estatais, não somente em relação às atividades ilegais que lá se desenvolvem¹, mas também devido ao influxo

¹ O governo colombiano instaurou um programa, patrocinado e financiado pelo Governo dos Estados Unidos, para enfrentar as guerrilhas e os paramilitares e também para prevenir o aumento e a distribuição de drogas no seu interior. O controle sobre as plantações de coca teve um impacto sobre as comunidades rurais e aumentou o violento efeito do deslocamento causado pela guerra, com relatórios mostrando que os produtos usados danificaram o solo e o abastecimento de água. Ademais, o fortalecimento do controle expulsou muitos dos plantadores de coca para os países vizinhos e alguns incidentes isolados

de estrangeiros em direção ao Brasil. O Comitê Nacional para Refugiados (Ministério da Justiça/Brasil, responsável por políticas relacionadas aos refugiados e à determinação de seu *status*) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estimam que em torno de vinte milhões de colombianos residem atualmente na região amazônica. O *status* da maioria deles é considerado 'preocupante', uma vez que foram deslocados durante o conflito colombiano. O número é cinco vezes maior que o número total de refugiados que foram reconhecidos ao longo de todo o território brasileiro até o momento. Devido ao difícil acesso e à suposta ausência de interações entre guerrilha e Estado, Tabatinga se apresenta como um dos principais corredores de entrada, dada a relativa intensidade do tráfico ao longo de suas linhas fluviais. Esses números são compostos por um aumento populacional de quase quatro vezes experimentado por Leticia nos últimos 10 anos (de 10 mil para 45 mil habitantes). ONGs na frente assistencial também reportaram acréscimos importantes no número de famílias deslocadas na cidade. Dados oficiais indicam quase 160² famílias, mas muitos deslocados não se enquadram no critério de inclusão dos programas sociais implementados pelas autoridades colombianas e, portanto, permanecem invisíveis (ainda que presentes).

Em segundo lugar, existem significativas desigualdades no desenvolvimento entre os países, bem como uma imagem do Brasil como uma terra de oportunidade e segurança para as populações rurais pobres e indígenas no lado peruano e colombiano. Segundo uma assistente social,

O sistema educacional do Brasil é mais receptivo e melhor estruturado que na Colômbia. As escolas são melhores em Tabatinga, especialmente para as crianças. Dessa forma, existem questões no desenvolvimento e investimento social brasileiro que atraem os mais pobres em Leticia. E também existem coisas em Leticia que atraem os brasileiros nessas fronteiras. Mas certamente há uma desigualdade no fluxo de pessoas; ele é mais denso no sentido brasileiro, certamente devido ao maior desenvolvimento do Brasil.³

Ademais, para aqueles fugindo de condições generalizadas de violação aos direitos humanos na Colômbia, o Brasil apresenta uma oportunidade distante, porém real, de escapar e pedir asilo. Estimativas

mostram o uso de território estrangeiro, tanto no Brasil quanto no Peru, como locais de transporte para o esquema transnacional de distribuição de droga, regional e internacionalmente. Diversos participantes ouvidos alegaram que muitas das mortes violentas que ocorrem na área da Tríplice Fronteira são resultado da luta sobre o controle das rotas de distribuição de drogas na região. Nesse caso, a suposição de que a guerra ainda não chegou à fronteira colapsa em uma figura na qual a região se tornou de interesse vital para o financiamento do esquema de droga que sustenta o conflito com armas e dinheiro. Como uma consequência, ela também se torna um elemento estratégico nas políticas dos Estados para reprimir os esquemas de tráfico de drogas e armas.

² INTERNATIONAL Organization for Migration (IOM). *Estudio Investigativo*, s.p.

³ MOULIN, Carolina. Entrevista, s.p.

recentes revelam que a Colômbia hoje hospeda mais de três milhões de pessoas internamente deslocadas, ainda que os dados apresentados pelo ACNUR e a Rede de Solidariedade Católica tenham sido contestados pelos oficiais governamentais. Não é de surpreender, portanto, que o problema da mobilidade humana tenha se tornado um tópico prioritário nas negociações diplomáticas regionais. O Coordenador da Pastoral Social de Tabatinga, Padre Gonzalo, reconhece que Tabatinga e Leticia, apesar de sua atmosfera calma, são uma bomba-relógio prestes a explodir: “quando a violência atingir Leticia, todos entrarão no Brasil e irão requerer asilo”⁴.

Apropriações soberanas da zona fronteiriça: A Declaração do México e o PAM

O foco principal do PAM certamente é o conflito colombiano, a maior crise humanitária do subcontinente, e seus impactos nos países vizinhos – Brasil, Equador e Venezuela – especialmente nas zonas fronteiriças. Patrocinado principalmente por diplomatas brasileiros e representantes do ACNUR, o documento final foi consensualmente assinado e considerado numa participação ativa das organizações da sociedade civil. O processo que levou ao México envolveu três reuniões sub-regionais articulando autoridades estatais, organizações internacionais e também redes transnacionais e locais, geralmente conduzidas por arranjos da sociedade civil. Enquanto em todas as sub-regiões os encontros envolveram o diálogo direto entre esses três grupos, o encontro do subgrupo da Colômbia, Venezuela, Equador, Panamá e Peru teve que ser separado. Governos e organizações não governamentais reuniram-se separadamente devido, em parte, à recusa do governo colombiano das muitas reivindicações apresentadas pelos representantes da sociedade civil. Foi o único documento que acentuou a necessidade de balancear a preocupação estatal sobre segurança, envolvendo “terrorismo, crime organizado, droga e tráfico de armas, além de outros tipos de delinquência transnacional”, com alegações humanitárias por proteção para aqueles em condições de vulnerabilidade.

A principal inovação conceitual do PAM foi articular solidariedade, fronteiras e o tratamento de estrangeiros, particularmente de refugiados. A noção de ‘fronteiras solidárias’ avançada pelo documento busca uma forma de unir esforços institucionais para a melhora do caráter humanitário das fronteiras e procedimentos e para a divisão do ônus do ‘problema’ dos refugiados do continente. Inicialmente, essa nova abordagem regional parece conceber a idéia de que há uma crescente convergência entre os

⁴BBC Brasil. “Colombians see Brazil as an inaccessible refuge”, s.p.

múltiplos discursos, notavelmente advindos de uma miríade de atores, a respeito da noção de solidariedade. Nesse sentido, o que se quer dizer por ‘solidariedade’ e como isso está ‘engajado’ no contexto de fronteiras é crucial.

De acordo com o *Dicionário Oxford*, solidariedade significa “o fato ou qualidade, da parte de comunidades, de ser perfeitamente unida no todo ou em respeito a algum quesito como interesses, preferências e aspirações”⁵. Em sua origem, solidariedade refere-se a ser parte de um todo. Neste sentido, a solidariedade sempre esteve dividida entre ser um impulso em direção a uma definição particularista de comunidade, geralmente vinculada à nação (o espaço sólido, territorialmente circunscrito de um todo usualmente definido como um ‘nós, os cidadãos’), e uma aspiração universalista de vinculação a idéias de humanidade. Esta última noção, enquanto tal, não tem sido uma característica comum nos discursos estatais internacionalmente, quando se relaciona ao tratamento dos outros. Alguém só pode estar em solidariedade com seus concidadãos; a solidariedade só pode se dar no interior.

As políticas concebidas no PAM envolveram, por exemplo, “apoiar a implementação de um programa com o objetivo de determinar, de forma confiável, a magnitude e características do problema dos refugiados, com vistas a identificar as necessidades de proteção e assistência, bem como propor as soluções duráveis mais adequadas”. Ainda, o PAM prevê o “reforço dos mecanismos institucionais de proteção e de determinação do *status*, a formulação do Plano regional estratégico dirigido às demandas de proteção, assistência básica e integração de todas as populações com necessidade, usando uma abordagem territorial e diferenciada”⁶. Essa abordagem envolveria a fomentação do desenvolvimento social e econômico das zonas fronteiriças, particularmente aquelas isoladas e empobrecidas, beneficiando tanto refugiados quanto comunidades locais e tomando em especial consideração a aceitação da população rural, das mulheres, das crianças e dos idosos.

Essas políticas ‘solidárias’ são baseadas em dois objetivos principais. O primeiro é considerar aqueles que precisam de proteção. Essa estratégia mensura e estabelece uma população de interesse, à qual necessidades seriam avaliadas (magnitude e fortalecimento da determinação do *status* dos refugiados) e soluções seriam promovidas. Em segundo lugar, existe uma presumida necessidade de reterritorializar sujeitos móveis e de intervir nos ‘espaços’ vividos das fronteiras (integração e conexão entre deslocados e comunidades de acolhimento), de maneira a articular relações entre os níveis local, nacional e internacional. Para que a integração tenha sucesso,

⁵ As referências a seguir foram traduzidas livremente, pela autora, do inglês.

⁶ ACNUR. *Plano de Ação e Declaração do México*, capítulo 3, seção 2.

políticas públicas de proteção humanitária devem ser acompanhadas por estratégias de promoção do desenvolvimento. A inclusão efetiva depende da transformação da figura do deslocado em um componente do progresso local. Isso, então, combina um esforço de proteção legal, sob a forma de concessão e abertura de acesso ao processo de determinação do refugiado àqueles que se considera ter direito a isso, a uma intervenção social.

Ao analisar as estratégias dos Estados do Sudeste Asiático na economia política global, Aihwa Ong recorre à idéia de soberania graduada:

A soberania graduada refere-se aos efeitos do gerenciamento flexível da soberania, na medida em que governos ajustam seu espaço político aos ditames do capital global [...]. A soberania graduada é um efeito dos estados transformarem-se de meros administradores de uma entidade nacional contida para reguladores de diversos espaços e populações que conectam mercados globais.⁷

Argumenta-se, então, que o PAM requer uma forma de soberania graduada em termos do gerenciamento da mobilidade que é possibilitada precisamente por um enquadramento dos deslocados como um problema populacional e de desenvolvimento. Uma vez que se saibam quantos refugiados 'potenciais' e migrantes irregulares existem, que se possa contabilizar o incontabilizável⁸, será possível delinear os mecanismos disciplinares apropriados para resolver o problema. Instituições podem ser empoderadas por proteger e integrar somente aqueles que têm direito de ser parte do todo, separando-os daqueles que não o tem. Adicionalmente, o PAM dispõe um sistema transnacional de governança (envolvendo Estados e organizações internacionais) sobre a mobilidade, uma área que tem sido notavelmente protegida de interferência externa e controle democrático⁹. Tornar os mecanismos de governamentalidade mais flexíveis é tido como necessário para responder à emergência de grupos sociais que potencialmente desestabilizem reivindicações por autoridade e unidade territorial/nacional requeridas para o exercício da solidariedade.

Não se deve assumir com isso que o Estado, bem como suas prerrogativas soberanas, constitua um ator homogêneo. A flexibilidade no gerenciamento de populações provida pela construção de 'fronteiras solidárias' requer a articulação de níveis múltiplos de governança. Autoridades federais, provinciais e locais são chamadas a agir dentro de suas respectivas jurisdições para implementar e promover políticas que permitam a medição da magnitude do 'problema do deslocamento' e, ao mesmo tempo, permitir a inclusão e recepção daqueles reconhecidos

⁷ ONG, Aihwa. *Neoliberalism as Exception*, p. 78.

⁸ RAJARAM, Prem Kumar; GRUNDY-WARR, Carl. *Borderscapes*, p. xxi.

⁹ WALTERS, William. *Secure Borders*, p. 242.

enquanto tais. Governos Federais possuem a prerrogativa de determinação do *status* e setores locais/provinciais são acionados durante a fase de integração do processo. Um dos problemas subliminais com esta abordagem refere-se, em primeiro lugar, à sua incapacidade de reconhecer a fronteira como um espaço vivo e, em segundo, ao fato de que ela oblitera a natureza contraditória das legislações dos refugiados na maioria dos países latino-americanos. Uma vez reconhecidos como refugiados, os indivíduos se deparam com importantes restrições sobre sua mobilidade, uma das quais é o requerimento de não retornar aos seus países de origem (evitando, assim, em importantes aspectos, a atual situação de muitos daqueles que vivem em zonas fronteiriças e que possuem laços transnacionais) e a proibição de se engajar em qualquer atividade política. Deixa-se sem resposta a questão sobre o que deveria ser feito com aqueles que são considerados 'dignos' de solidariedade, mas que, no entanto, habitam os espaços onde a solidariedade só pode ser parcialmente mantida.

Na nota de conclusão sobre as fronteiras solidárias, o documento afirma que "solidariedade só pode ser sustentada por meio da cooperação ativa entre Estado, sociedade civil e ACNUR, com a contribuição financeira da comunidade internacional, dentro de uma quadratura de compartilhamento de responsabilidades"¹⁰. A alegação da repartição dos encargos sobre as populações móveis é comum nas discussões sobre migração forçada. O objetivo parece ser o de ativar uma rede de ação que permitiria vários atores compartilharem os custos e as responsabilidades associados à gestão das populações vulneráveis em suas demandas culturais, sociais e econômicas. Esta rede envolve vários níveis de governança baseados no Estado, bem como de organizações da sociedade civil. Muitos estudiosos têm destacado as maneiras pelas quais a sociedade civil não engloba a multiplicidade de subjetividades políticas contemporâneas, nem sequer representa a voz mais legítima em termos das preocupações e demandas daqueles em condições de marginalidade social¹¹. Poder-se-ia argumentar que a distinção entre Estado e sociedade civil e, sobretudo, a ênfase nas formas 'civis' de organização social, pressagiou outras formas de luta que acontecem nos espaços intersticiais e por grupos que não necessariamente se encaixam em categorias tradicionais da cidadania¹². Santos, acertadamente, aponta para o fato de que na maior parte do mundo, e notavelmente nos países em desenvolvimento, Estado e sociedade civil têm sido interconectados como mecanismos de regulação

¹⁰ ACNUR. *op. cit.*

¹¹ Cf. DOTY, Roxanne. *Fronteras Compasivas*; SOGUK, Nevzat. *Transversal communication*.

¹² MOULIN, Carolina; NYERS, Peter. "We live in a country of UNHCR': Global Political Society and Refugee Protests".

social e, portanto, não abarcaram grande parte das políticas e dos esforços dos grupos sociais.

Se em alguns países centrais pode ser razoavelmente argumentado que a sociedade civil criou o Estado, na periferia e mesmo na semiperiferia, ocorreu na verdade o oposto. Nesse caso, a sociedade civil é uma entidade mais artificial que o próprio Estado. Os múltiplos processos sociais deixados de fora pela sociedade civil, tão restritamente definida, são de fato o cerne das deficiências dos estados periféricos e semiperiféricos.¹³

O mesmo ponto é avançado por Chatterjee, quando ele identifica uma divisão entre um domínio organizado pela elite, aquele do Estado e da sociedade civil, e um domínio subalterno desorganizado, que o autor chama de sociedade política. “Sociedade civil restringe-se a um pequeno grupo de cidadãos culturalmente equipados que representam o alto terreno da modernidade”¹⁴. Como ele aponta, a sociedade política e as comunidades subalternas negociam dentro dos altos domínios da lei estatal e da burocracia. Elas também os extrapolam ao imporem seus próprios mecanismos de resolução de conflitos, através de regulamentações alternativas da vida social e da participação e, frequentemente reagindo e recusando a subsumir-se às categorias e interpretações de normalidade e legalidade veiculadas por uma perspectiva de cima pra baixo (*top-down*).¹⁵

Dessa forma, e tendo em vista tais considerações sobre a relação entre sociedade civil e Estado, não é surpreendente ver a sobreposição de interesses entre estes dois atores nos acordos finais do México. É importante enfatizar que esta não é uma crítica às intenções ou ao trabalho árduo desenvolvido por grupos e pessoas que dedicaram suas vidas a ajudar os outros. O argumento ora desenvolvido é um que se foca nas condições de

¹³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a New Legal Common Sense*, p. 69.

¹⁴ CHATTERJEE, Partha. *The Politics of the governed*, p. 41.

¹⁵ Chatterjee e Santos referem-se principalmente a relações dentro dos Estados. Como tal, pode-se argumentar que talvez o conceito de sociedade civil global seja mais adequado, pois permite a incorporação de atores que trabalham numa base transnacional e internacional, como é o caso do ACNUR e da Rede de Solidariedade (a organizações católicas do continente Sul-Americano – sua relação se estende a várias ONGs e organizações da sociedade civil em países que tanto enviam/recebem os requerentes de asilo, refugiados e deslocados internos). No entanto, é possível questionar se a idéia de uma ‘sociedade civil global’ pode de manejar a participação política dos grupos que se relacionam somente de maneira tênue e ambígua com o conceito de cidadania. Por isso, para muitas comunidades deslocadas, o ‘componente’ civil destes tipos de acordos, quer seja global ou local, é altamente restritivo e, a partir de um certo ponto, excludente. Um exemplo é fornecido justamente pelo MPA, uma vez que estados e atores da sociedade civil transnacional participaram da elaboração do acordo, embora nem sequer um único refugiado, requerente de asilo ou deslocado interno tenha estado presente na reunião do México. Este ponto foi levado ao conhecimento dos participantes por uma ONG mexicana. Peter Nyers e eu avançamos algumas críticas da idéia de sociedade civil global e propusemos a idéia de uma “sociedade política global” como uma possível contribuição para incorporar a participação política destes grupos no panorama das relações transnacionais. Para uma discussão mais detalhada ver MOULIN, Carolina; NYERS, Peter, *op. cit.*

possibilidade subjacentes a tais resoluções em relação ao tratamento da diferença que está no cerne das experiências fronteiriças. Ele é, portanto, uma crítica às condições sistêmicas que tornam o des-local-mento (*dis-place-ment*)¹⁶ possível, em primeiro lugar, e às consequências de se engajar com múltiplas práticas de solidariedade a partir da perspectiva das populações abjetas.¹⁷ Sendo assim, apesar de reconhecer a originalidade e o esforço criativo dessas iniciativas, impera-se também questionar as prerrogativas e os mecanismos que são postos em movimento e as consequências, bem como os custos, de melhorar as condições de vida dos grupos deslocados. Impera-se fazê-lo, não somente do ponto de vista dos atores soberanos, mas também do ponto de vista de quem vive nestas circunstâncias.

Humanismo na fronteira: uma abordagem de assistência social

A relação entre missionários católicos e a região fronteiriça da Amazônia remonta ao período colonial. O componente religioso, bem como a presença da Igreja Católica, são aspectos importantes do tecido social na fronteira. Dada a relativa inadequação dos serviços públicos e o difícil acesso à assistência social, a Igreja tem proporcionado uma rede fundamental de apoio para aqueles que vivem em condições de pobreza e indigência.

A obra histórica de conversão na fé tem sido de alguma forma suplantada por uma abordagem de um 'resgate moral', que visa promover estratégias de organização local e de ativismo. Uma equipe de missionários, seguidores da igreja e assistentes sociais da Tríplice Fronteira foi instituída e auxilia as pessoas envolvidas em experiências mal-definidas de mobilidade humana. O trabalho consiste no provimento de orientação para aqueles que migraram para a região, no sentido de, por exemplo, ajudá-los a submeter reivindicações para as autoridades do Estado em diferentes níveis. A equipe serve não somente como um centro de assistência para o qual eles podem recorrer em caso de necessidade ou emergência, mas também desenvolve programas para o treinamento profissional e a autossuficiência em condições de deslocamento, como o estabelecimento de projetos de colaboração com instituições educacionais e agências governamentais. São poucos os membros do eixo migratório da EMH (Equipe de Mobilidade Humana), e a maioria deles não é da região. Apesar de fornecer assistência institucional, a afiliação ao local é sempre transitória, com raras exceções. Eles permanecem por alguns anos e depois

¹⁶ RAJARAM, Prem Kumar; GRUNDY-WARR, Carl, *op. cit.*

¹⁷ NYERS, Peter. *Abject Cosmopolitanism*.

são enviados por suas respectivas dioceses para outras missões. A EMH é, pois, composta principalmente pelos próprios migrantes.

Os missionários vivem em circunstâncias muito pobres e extenuantes. O seu lema de “viver para e com os pobres” traduz-se numa realidade em que estão alojados em uma das comunidades mais vulneráveis, o Bairro União, na qual financiamentos estão restritos à provisão de alimentos e moradia básicos. Dadas essas restrições, a ajuda prestada por aqueles que se considera precisare é principalmente de natureza consultiva. A situação mudou um pouco no que diz respeito aos requerentes de asilo no Brasil. O ACNUR estabeleceu uma parceria com a EMH para a recepção e assistência dos requerentes de asilo na região. O ACNUR também paga pelas altas tarifas de transporte dos requerentes de asilo e refugiados, caso estejam dispostos a mudar para o território brasileiro após sua aplicação ter sido apresentada. Até meados de 2007, apenas 82 pessoas haviam requerido asilo em Tabatinga e recebido a assistência para refugiados da Pastoral Social. A maioria do trabalho é, então, realizada com moradores da fronteira e com as famílias deslocadas que não recorreram ou não pretendem recorrer ao estatuto de refugiado. A situação em Leticia é ainda pior, uma vez que não há recursos disponíveis, exceto por aqueles fornecidos pelos programas implementados pelas autoridades estatais para ajudar indivíduos que podem ser enquadrados sob o Ato Legislativo sobre pessoas deslocadas. Como um dos assistentes sociais declarou:

O refúgio não é uma alternativa para todos os deslocados, salvo nos casos daqueles que não se adaptaram às condições de vida aqui, ou cuja vida está realmente em perigo. Partir, mais uma vez, pode ser ainda mais traumático, e, honestamente, temos os alertado sobre isso. Muito poucos deslocados que vêm aqui sabem sobre a possibilidade de asilo, e mesmo que soubessem, não tenho certeza de que optariam por isso: a sua decisão de pedir asilo seria baseada em uma avaliação ilusória sobre o Brasil, pensando que é um país mais desenvolvido, com mais oportunidades. A vida no Brasil é difícil até mesmo para os brasileiros, a língua é uma barreira e os camponeses pobres e rurais são os que mais vão sofrer.¹⁸

Nesse sentido, a abordagem adotada pela EMH é mais sensível, porque reconhece a heterogeneidade das experiências de deslocamento e mobilidade no cotidiano daqueles a quem assistem. A equipe também tem um entendimento claro das limitações da estrutura de governamentalidade em termos de trazer à luz e resolver a multiplicidade de demandas e, por vezes, a incongruência e incoerência das solicitações feitas por estes grupos. Vêm os constrangimentos de ambos os lados da equação: como os Estados e organizações internacionais tentam regimentar e compartimentalizar

¹⁸ MOULIN, Carolina. *Notas de campo*.

experiências de mobilidade em termos de categorizações claras; e como as pessoas deslocadas, os refugiados e outros grupos marginalizados fazem reivindicações por inclusão e ajuda, sem necessariamente tomar as medidas (ou estarem dispostos a tomar as medidas) necessárias para promover a mudança em suas vidas. Um dos missionários desabafa sua frustração com o ritmo lento das pessoas e da mudança, afirmando que “é preciso muita espiritualidade para trabalhar aqui, uma vez que a sensação de aventura desaparece muito rapidamente”. A noção de tempo é muito diferente na Amazônia, e de certa forma, apesar da situação desesperada de muitos dos deslocados, eles ainda são muito resistentes à mudança (especialmente porque associam a mudança ao trauma). E os trabalhadores sociais/espirituais se sentem descontentes e frustrados com o seu apego moral e emocional e com a ausência de resultados a curto e médio prazos ou quaisquer impactos significativos nas condições de vida na fronteira. Um deles afirmou que este é o destino de sua “missão moral e humanitária”, um sentimento misto de responsabilidade para com os outros destituídos e de decepção com os limitados resultados práticos alcançados. A frustração vem, por exemplo, como uma consequência da incapacidade de desatar os nós estruturais da desigualdade social generalizada na fronteira e na vida dos moradores da fronteira. Muitos deles escolhem a invisibilidade e a permanência em situação irregular como uma estratégia de sobrevivência, já que a infra-estrutura do Estado apenas reitera os receios e suspeitas destes grupos.

Entretanto, a filosofia de trabalho da EMH é centrada em idéias de vulnerabilidade relacionadas a experiências de deslocamento. Têm como objetivo proporcionar um programa moral e religioso orientado, sem discriminação baseada na prática da fé, capaz de auxiliar indivíduos e famílias a superar os traumas e violência que os levaram a se tornar moradores das fronteiras. Eles buscam falar em nome dos interesses dos deslocados/comunidades migrantes com as autoridades locais e outros interlocutores, enquanto ao mesmo tempo tentam identificar e trazer à luz as suas realidades e exigências. A idéia de solidariedade sempre tem sido uma parte intrínseca da rede católica de assistência social; ela sempre informou as estratégias de intervenção entre assistentes e assistidos no contexto da mobilidade humana, como retratado por essas organizações. Apelos à solidariedade também conformam uma parte intrínseca da teoria social católica, remontando a uma concepção original da fraternidade, segundo a qual, todos somos filhos de Deus. Mais do que isso, é uma abordagem de solidariedade baseada em uma concepção particular que, por um lado, reconhece as distinções e diferenças nas maneiras que o deslocamento é experimentado e, por outro lado, assume que estas mesmas experiências são vividas por sujeitos abjetos, marginais, vulneráveis e

vitimizados. Somos todos iguais aos olhos de Deus, mas tal igualdade não pode ser plenamente realizada no aqui e agora. Tudo o que podemos fazer é tentar aliviar e ser responsáveis pelos outros, especialmente por aqueles outros que estão em necessidade. Em importantes aspectos, esta abordagem humanista das fronteiras assume uma posição hierárquica, não com relação à individualidade, mas ao sofrimento e à agência. Devido ao seu trauma e condição de invisibilidade, os deslocados devem ser dotados de meios para fazer reivindicações legítimas em relação à sua comunidade e também junto às autoridades oficiais. Mesmo que suas experiências de deslocamento e mobilidade sejam diferentes e heterogêneas, seu sofrimento e vulnerabilidade são os mesmos; eles são vítimas de um sistema que exclui e o espaço de exclusão que habitam é delimitado e socialmente definido. A partir dessa posição particular, o objetivo do trabalho humanitário é fazer os deslocados perceberem, através de uma forma mediada de subjetividade¹⁹, que eles possuem direitos. Em aspectos importantes, o EMH apresenta uma abordagem contextualizada da solidariedade em zonas fronteiriças, que toma as experiências vividas dos sujeitos móveis como seu ponto de partida, mas que também os subsume sob a rubrica de vitimização.

Contestando Fronteiras: intervenções dos grupos deslocados

O foco das organizações baseadas no Estado está no ordenamento do 'problema' do deslocamento. Visam compartimentar experiências de mobilidade sob rubricas definidas, como refugiados, requerentes de asilo, migrantes em situação irregular, trabalhadores temporários ou residentes permanentes. Estes rótulos permitem que políticas públicas sejam elaboradas e que soluções duradouras sejam implementadas em termos de integração, reassentamento ou expulsão. Redes de assistência católica, ao contrário, retratam experiências de mobilidade como experiências contextualizadas e distintas. Elas enfatizam a posição de vulnerabilidade e a necessidade de uma abordagem caridosa e humanista com relação à diferença, cujo denominador comum coloque-as todas igualmente sob a rubrica de pobres e necessitados. Apesar de seus importantes, sensíveis e vocacionais esforços, os resultados até agora têm sido limitados e os desafios enfrentados continuam a escalar. Frustração e preocupações com a sustentabilidade de suas estratégias estão entre as muitas questões levantadas por aqueles que dedicaram suas vidas a ajudar os outros. Ambas as estratégias recorrem a afirmações de que a fronteira deve ser vista como uma zona para o exercício e realização de atos de solidariedade para com aqueles considerados diferentes. Mas que tipo de fundações auto-

¹⁹ RAJARAM, Prem Kumar. *Humanitarianism and Representations of the Refugee*.

organizados foram postas em prática pelos grupos de deslocados a fim de superar seus problemas e sobreviver em condições de marginalidade política?

Grupos deslocados conhecem bem a dupla natureza de sua condição de marginalização social. Por um lado, isso advém da pobreza e da miséria associada a processos de desenraizamento, através dos quais perderam seus negócios, propriedades, meios de subsistência e nos quais a coesão das famílias foi interrompida. Estas são as consequências da expulsão. Por outro lado, ela deriva de sua exclusão tanto do âmbito nacional quanto do internacional, de serem deixados em um estado de permanente entremeio (*in-betweeness*), como não-cidadãos e não-estrangeiros. O panorama internacional, mesmo aquele planejado pela Declaração do México, não cria mecanismos para lidar com as populações deslocadas internamente, a menos que se tornem um 'outro' reconhecido (como um refugiado ou requerente de asilo, por exemplo). Assim, sua existência definida negativamente, em relação às formas convencionais de pertencimento, torna-se mais aguda porque eles também habitam uma zona espaço-temporal liminar, aquela da fronteira.

Nesse contexto, e principalmente em resposta à sua própria liminaridade, as famílias deslocadas têm tentado estabelecer associações capazes de falar por eles e pressionar as autoridades oficiais. Em Leticia, duas associações são agora totalmente geridas por pessoas deslocadas. A Associação 1 (A1)²⁰ está em vigor desde 2004. Quarenta e cinco famílias estão nela participando ativamente, e os diretores nomeados afirmam que seu principal objetivo é a busca por recursos, especialmente nas áreas de educação, saúde e habitação. Eles se reúnem periodicamente e as convocações são geralmente feitas na base do boca-a-boca ou através da estação de rádio local. Cada membro contribui com dois mil pesos (cerca de três dólares americanos) sempre que possível. Um dos membros declarou o quanto havia mudado em termos de discriminação e xenofobia enfrentadas pelos deslocados na zona de fronteira:

Quando cheguei aqui, a discriminação era muito ruim; era incomum; agora as coisas estão um pouco melhor. As pessoas pensam que somos todos deslocados e que todos os deslocados vivem de dinheiro do governo, mas isso não é verdade. Se não trabalhamos, não comemos.²¹

Um caso digno de menção é o de Carmela. Apesar de viver na fronteira a quase sete anos, ela entrou na associação somente alguns meses antes de minha chegada na fronteira. Um dos motivos foi que levou

²⁰ Todos os nomes de pessoas e instituições foram alterados ou omitidos para preservar seu anonimato.

²¹ MOULIN, Carolina. *Entrevista com Grupos Deslocados*.

anos para que as autoridades colombianas incluíssem-na e também à sua família na rede de proteção. Ela permaneceu deslocada na fronteira por seis anos, sem nunca sequer ter sido reconhecida como tal. Seu marido foi reconhecido, mas uma vez que ela decidiu não mais morar com ele, o governo não estendeu a proteção a ela e seus filhos. Nos últimos dois anos, diz ela, a ajuda que receberam foi bastante ínfima.

Eu vim para Letícia porque minha família estava aqui, eles me sustentavam. Eu me protegia lavando roupas, sou uma ‘vendedora independente’ – eu vendo roupas, cosméticos, e assim por diante. Mas não é o suficiente, tenho dívidas pequenas, mas recorrentes. A dívida é um problema para todos os deslocados, o custo de vida é muito alto por aqui, ficamos aqui só porque é muito pacífico aqui. Essa é a razão de eu ficar aqui.²²

Os deslocados que chegam à fronteira supostamente são informados da existência de associações de pessoas deslocadas através da Ação Social – uma agência governamental com o mandato de cuidar e gerenciar as famílias deslocadas. Ela promove encontros e oficinas. Mas também tem prejudicado o trabalho das associações, ao escolher famílias deslocadas não-afiliadas para falar pela comunidade de deslocados, e isso tem perturbado tentativas de base para a criação de uma voz ‘interruptora’ no debate político na área.

Aqui na associação nós temos pessoas capazes de falar por nós e de entender os problemas da comunidade deslocada, mas a Diretoria da Ação Social nomeou pessoas de fora, que nada têm a ver com os dirigentes eleitos pela associação, para falar em nosso nome. Nós enviamos comunicados a outras entidades denunciando este comportamento e, em breve, levaremos isso ao conhecimento do governo central. Nós também já agendamos uma reunião para coligar todos os líderes do movimento para debater esta situação. Queremos a sua substituição por alguém que pode trabalhar em conformidade com os deslocados.²³

Em sua declaração, Carmela faz duas afirmações importantes. A primeira assinala a aptidão e a capacidade das associações auto-organizadas para falar em nome de si mesmas. Ela recusa a subjetividade mediada que tem sido difundida em engajamentos fronteiriços. Ela responde às políticas disjuntivas das autoridades governamentais que visam desestabilizar as suas iniciativas através do desarranjo de seu papel de liderança. Em segundo lugar, ela inverte a tradicional afirmação que os coloca como os únicos que devem estar em conformidade com as estratégias de governamentalidade e abordagens vitimizadoras. Deveriam ser as autoridades oficiais a trabalhar em conformidade com os deslocados;

²² *Ibidem.*

²³ *Ibidem.*

os deslocados têm o direito de exigir das agências adequadas acesso aos benefícios e é seu dever dialogar com eles. A forma de solidariedade possibilitada pela experiência de auto-organização entre os deslocados permite uma posição de empoderamento que inverte a lógica sistêmica geralmente atrelada ao governo da mobilidade, embora o faça de maneira conflitiva, rudimentar e, por vezes, incoerente.

As Associações enfrentam muitos problemas e dificuldades, precisamente porque têm que trabalhar com as suas diferenças sem apagá-las, se o objetivo é responder aos desafios estruturais apresentados por sua condição (e, especialmente, em relação à pressão crescente por parte da governança de vários níveis e da ação em rede que foi introduzida na região). Um desses problemas é exemplificado pela quebra da Associação em dois grupos. Um permaneceu a Associação 1 (A1) e uma nova associação foi formada (A2). Juan, o Diretor da A2, explica o conflito nos seguintes termos:

Fomos confrontados com muitas inconveniências. Dentro do conselho, nós testemunhamos muitas irregularidades e quisemos que as coisas fossem feitas de uma maneira diferente. Enquanto líder, deve-se estar sempre com o grupo. Devido a esses conflitos, eu decidi sair da Associação e outros fizeram o mesmo. Então nós éramos um grupo numeroso e decidimos criar uma nova Associação dentro de uma estratégia de maior transparência e consistência. Agora há muita colaboração entre as duas associações, especialmente com as mudanças na direção que ocorreram. As preocupações dos deslocados são as mesmas, principalmente relacionadas ao interesse econômico pela sobrevivência e à discriminação que enfrentamos aqui. Muitos disseram que os deslocados deveriam ser levados para longe daqui. Eles até pediram ao Capitão do Exército para que providenciasse um vôo para levar-nos todos para fora. Então agendamos uma reunião e mostramos aos locais que também somos a Colômbia, que poderíamos ter nos mudado para qualquer lugar, mas que *escolhemos estar aqui*, porque não pertencemos a esta guerra, não somos o protagonistas do conflito, não somos nem de Esquerda nem de Direita.²⁴

Pablo, o Tesoureiro da A2, também destaca o contexto de conflito que levou à separação, reconhecendo que muitos dos problemas relacionados à construção de um grupo solidário permanecem:

O dismantelamento de duas associações foi causado pelo conflito. Houve uma divulgação de certas negociações que estavam ocorrendo por trás da liderança. Aqueles que eram contra estas negociações decidiram estabelecer uma outra organização. Mas agora temos novos líderes e as coisas mudaram, mas ainda assim o problema persiste, daqueles que tomam vantagem desses processos e ignoram as duas associações de deslocados.²⁵

²⁴ *Ibidem.*

²⁵ *Ibidem.*

Ao olhar para as narrativas dos grupos móveis, pode-se ver a emergência de formas alternativas de solidariedade que parecem contestar a divisão particular/universal difundida nos arranjos da sociedade civil e nos discursos estatais. É uma abordagem que promove um senso de empatia de interesses, ao mesmo tempo em que retém um papel central para a agência e, assim, para o conflito, precisamente porque eles experimentam e se relacionam a contextos similares de maneiras diferentes. Como Juan afirmou, “também somos a Colômbia”, nós estamos aqui, nós estivemos lá e temos a intenção de ficar. Isso não quer dizer que os seus esforços na organização da solidariedade não se deparem com escolhas perigosas. Muitas vezes, eles recorrem à mesma linguagem e discursos que criaram as condições de possibilidade para sua existência. Eles usam um discurso baseado em direitos, mesmo que desconectado dos locais tradicionais da cidadania; eles retomam apelos por uma nação, por prerrogativas de soberania e por organizações internacionais em um esforço de traduzir suas experiências para aqueles que nunca experimentaram ou enfrentaram as perturbações causadas pelo deslocamento forçado. Mas, ao mesmo tempo, enfatizam que, apesar de não terem escolhido ser deslocadas, eles escolheram para onde ir por motivos relacionados com a ausência de conflito iminente, proximidade com países vizinhos, família, laços étnicos e assim por diante. Eles escolheram permanecer deslocados, não pedir asilo e, portanto, viver permanentemente, ainda que precariamente, como uma fronteira.

Diferentes Abordagens de Solidariedade para as Fronteiras

Em importantes aspectos, repensar a fronteira como uma zona de solidariedade requer o questionamento e a reformulação de como lidar com a diferença e a mobilidade. Nesta seção final, argumenta-se pela necessidade de elucidar os potenciais significados de solidariedade, a fim de evitar a reprodução de discursos excludentes. O que se tentou mostrar é que a solidariedade tem, necessariamente, que ser diferenciada. Ao contrário do que muitos supõem, a solidariedade não implica necessariamente em ideais de emancipação e na emergência de novas formas de subjetividade, nem necessariamente questiona a dicotomia entre dentro/fora como espaços de ordem/caos. Propõem-se três tipos diferentes de solidariedade, com impactos significativamente distintos sobre o que significa repensar as fronteiras em relação às reivindicações por mobilidade. A primeira, a *solidariedade gerencial*, se expressa precisamente pelas tentativas do PAM de melhorar a proteção dos refugiados no continente. É um significado ligado às estratégias de disciplina e controle, que podem melhorar as condições de vida dos refugiados e dos moradores locais que vivem em situações semelhantes às dos refugiados, desde que eles possam ser definidos como

‘refugiados’ e, dessa forma, em oposição ao ‘cidadão’. A primeira ação proposta pelo PAM é “realizar uma avaliação do número de pessoas que poderiam se beneficiar deste Plano de Ação’ e ‘apresentar um estudo sobre o impacto da presença dos requerentes de asilo, refugiados e outras pessoas em necessidade de proteção internacional nas áreas geográficas cobertas pelo programa”. Isso não quer dizer que o PAM não incorpore outros grupos que possam ser afetados pela “situação dos refugiados”. Pelo contrário, por exemplo, no que diz respeito às políticas públicas para áreas de fronteira, houve uma preocupação específica em garantir que as populações locais também seriam incorporadas nos programas e se beneficiariam deles, “uma vez que estas populações estão arcando com o ônus de solidariedade, apesar de serem populações tão necessitadas e pobres como os próprios refugiados”²⁶. O que é interessante notar é como o discurso gerencial equaciona a solidariedade com as estratégias de desenvolvimento e com a obliteração das demandas desses grupos, mesmo reconhecendo o colapso de ambos os mecanismos de proteção internacional (que o Plano se propõe a resolver) e da cidadania como portadora de direitos e acesso à justiça e à igualdade.

A segunda é a que aqui se chama de *solidariedade comunitária* e está estruturada em torno de idéias de unidade, ou da necessidade de que, para que indivíduos possam ser solidários uns com os outros, “*they need to develop a sense of self and become a community of fate*”²⁷. Este sentimento de pertença pode tanto ter uma base localizada, como uma base mais universalista, quer se refiram a pequenos grupos que compartilham uma identidade particular ou posição social ou a contextos sociais mais amplos, tais como aqueles baseados em afirmações sobre uma humanidade. Argumenta-se que as percepções apresentadas pelas ONGs católicas e algumas organizações a nível local tendem a confiar em tais definições. Essa solidariedade usa uma origem comum, uma reivindicação a algo que nos torna o mesmo e que, em última análise, justifica um apagamento da alteridade. Nesse sentido, e embora haja uma preocupação legítima com o bem-estar do outro, há necessariamente a criação de um outro (*na ‘other’*) que é, no processo, vitimizado, empobrecido, transformado em um objeto de caridade e em necessidade de resgate moral e social.

Finalmente, um terceiro significado possível é o que aqui se denomina *solidariedade autônoma*²⁸, em que indivíduos e grupos são

²⁶ ACNUR, *op. cit.*

²⁷ BROWN, Chris. “Borders and Identity in International Political Theory”.

²⁸ O termo ‘autônoma’ refere-se à habilidade de certos grupos de trabalhar em conjunto em uma questão comum, mantendo para si o direito de divergir ou discordar. Ele tem sido utilizado em pesquisas sobre migração nos últimos anos para acentuar como os migrantes podem descentralizar ‘the state as the regulator of human movements across international boundaries’ (Rodriguez, 1996, p. 3) e podem estabelecer seus próprios mecanismos de auto-organização baseados em prioridades coletivas. Eu

capazes de compartilhar e defender objetivos comuns, sem ter que recorrer a um denominador comum para além da diferença. Sua solidariedade e aproximação estão enraizadas nas múltiplas formas pelas quais as diferenças são negociadas e desempenhadas nas realidades globais/loais em que vivem, mas sem a necessidade de uma completa convergência de ideais e identidades. É uma aproximação que reconhece o atrito²⁹ como um momento produtivo e como uma fonte de mudança e de abertura de possibilidades. É uma forma de resistência, que vê naquilo que nos separa – o acidente, o fora, o inesperado – o potencial para reagir a hierarquias e exclusões necessárias. No entanto, elas também são experiências incompletas e incertas de solidariedade que têm enfrentado importantes limites práticos à sua conceituação e aplicação. Um deles, como já destacado, é a busca pela unidade não a partir de reivindicações ao ‘inter’ como entremeio (como uma solidariedade cosmopolita implicaria), mas ao nacional (mesmo quando o nacional já não mais existe, como no caso dos deslocados e refugiados).

De certa maneira, todas as formas de solidariedade apresentam suas aberturas e perigos. Mesmo aqueles que tendem a respeitar, tolerar e adotar uma união-na-diferença (*togetherness-in-difference*), como exemplificado pela experiência das Associações de deslocados na zona da Tríplice Fronteira, estão cheios de incertezas, resultados mistos, conflitos, frustrações e, por vezes, a reprodução dos elementos constitutivos que permitiram o seu deslocamento, como aqueles entrelaçados em clamores por nacionalidade e por direitos ligados à cidadania. Viver no entremeio, viver como uma fronteira apresenta enormes desafios. Houve tentativas de circunscrever, e, em certa medida, re-inscrever essas vidas na ordem ‘normal’ das coisas. Mesmo que bem intencionadas, como se acredita ser o caso das organizações governamentais e iniciativas da sociedade civil, é imperativo ter clareza sobre os pressupostos e significados envolvidos em suas reivindicações. Este artigo objetivou trazer à luz o que está envolvido nas representações das zonas fronteiriças e nas conceitualizações das fronteiras como locais de solidariedade a partir destas duas posições enunciativas particulares e privilegiadas. Também tem tentou contribuir para uma discussão sobre as narrativas que têm sido correntemente ignoradas, especificamente daqueles que vivem fora – ou, melhor ainda, no entremeio – do nacional e do internacional, do cidadão e do estrangeiro. As experiências de mobilidade e organização política das comunidades deslocadas na Tríplice Fronteira atestam para as possibilidades e limitações

gostaria de agradecer William Coleman por me introduzir ao conceito. RODRIGUEZ, Nestor. “The battle for the border: notes on autonomous migration, transnational communities, and the state”, p. 21.

²⁹ TSING, Anna Lowenhaupt. *Friction*.

de conceituações alternativas de subjetividade política e, talvez, de estratégias menos homogeneizantes de construção de abordagens de solidariedade. Elas são certamente colaborações embrionárias, incipientes, mas, acredita-se, remetem em importantes aspectos às ansiedades liberadas pela deterioração do conceito de cidadania, notavelmente no contexto de um mundo em desenvolvimento, no qual o impulso pela cidadania jamais foi concluído, em primeiro lugar.

Bibliografia

- BBC Brasil. "Colombians see Brazil as an inaccessible refuge." March 11, 2008. <http://www.bbcbrasil.com> (accessed March 11, 2008).
- BROWN, Chris. "Borders and Identity in International Political Theory", in ALBERT, Mathias; JACOBSON, David; LAPID, Yosef (eds). *Identities, borders, orders*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001, p. 117-136.
- CHATTERJEE, Partha. *The Politics of the governed: Reflections on Popular Politics in Most of the World*. New York: Columbia University Press, 2004.
- DOTY, Roxanne. "Fronteras Compasivas and the Ethics of Unconditional Hospitality", in *Millennium*, v. 35, n. 1, 2006, p. 53-74.
- INTERNATIONAL Organization for Migration (IOM). *Estudio Investigativo para la descripción y análisis de la situación de la migración y trata de personas en la zona fronteriza Colombia- Brasil*. Bogota: IOM, 2007.
- MOULIN, Carolina; NYERS, Peter. "'We live in a country of UNHCR': Global Political Society and Refugee Protests", in *International Political Sociology*, v. 1, n. 4, 2007, p. 356-372.
- MOULIN, Carolina. *Personal Notes on fieldwork and Recorded Interviews* (mimeo and audio). July 2007.
- NYERS, Peter. "Abject Cosmopolitanism: the politics of protection in the anti-deportation movement", in *Third World Quarterly*, v. 24, n. 6, 2003, p. 1069-1093.
- ONG, Aihwa. *Neoliberalism as Exception: mutations in citizenship and sovereignty*. Durham: Duke University Press, 2006.
- RAJARAM, Prem Kumar; GRUNDY-WARR, Carl. *Borderscapes: Hidden Geographies at Territory's Edge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- RAJARAM, Prem Kumar. "Humanitarianism and Representations of the Refugee", in *Journal of Refugee Studies*, v. 15, n. 3, 2002, p. 247-264.
- RODRIGUEZ, Nestor. "The battle for the border: notes on autonomous migration, transnational communities, and the state", in *Social Justice*, v. 23, n. 3, 1996, p. 21-37.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a New Legal Common Sense: Law, Globalization and Emancipation*. London: LexisNexis, 2002.
- SOGUK, Nevzat. "Transversal communication, diaspora, and the Euro-Kurds", in *Review of International Studies*, v. 34, 2008, p. 173-192.
- TSING, Anna Lowenhaupt. *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

UNHCR. *Mexico Declaration and Plan of Action*. Mexico City, 2004.

WALTERS, William. "Secure Borders, Safe Haven, Domopolitics", in *Citizenship Studies*, v. 8, n. 3, 2004, p. 237-260.

WEBER, Cynthia. "Designing Safe Citizens", in *Citizenship Studies*, v. 12, n. 2, 2008, p. 125-142.

Abstract

Sympathetic borders, sympathetic lives: narratives on the displacement in the Triple Border among Brazil, Colombia and Peru

In 2004, Latin American countries' representatives, gathered in Mexico City, devised a multilateral Plan of Action (MPA) in order to foster an improvement on refugee protection mechanisms in the region. Among its many proposals, the document advanced the idea of borders of solidarity. This paper is an attempt to make sense of these assumed new modes of governance of borders, trying to elucidate multiple perspectives and mechanisms of dealing with life in displacement in crisis contexts. The paper follows the narratives stemming from national and international officials, NGOs and assistance workers and displaced families' associations, in the context of the Tri-Border area between Brazil, Colombia and Peru. I propose three varying understandings of solidarity that speak to each of these perspectives - managerial, communitarian and autonomous - stressing the problems and also the positive aspects that might be learned from approaching borders through the lenses of solidarity.

Keywords: Refugees; Borders; Solidarity; Sovereignty; Displacement

Recebido para publicação em 05/08/2010.

Aceito para publicação em 28/09/2010.

Received for publication on August, 05th, 2010.

Accepted for publication on September 28th, 2010.